

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	8
RESUMO	14
ABREVIATURAS E SIGLAS	16
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I REGULAÇÃO ESTATAL	32
1.1 Formas de regulação da gestão pública e privada.....	32
1.1.1 Ente estatal incumbido da prestação da atividade.....	36
1.1.2 Administração direta	37
1.1.3 Autoridades reguladoras independentes: agências reguladoras ..	38
1.2 Concepção de regulação estatal	48
1.3 Elementos e características essenciais da atual concepção de regulação estatal	56
1.3.1 Interferência pública intencional.....	56
1.3.2 Normas jurídicas, decisões políticas, judiciais e administrativas	59
1.3.3 Indicação, indução ou imposição, proibição ou permissão das escolhas de outrem ou de si mesmo	83
1.3.4 Interesses públicos	85
1.4 Justificação e crítica da regulação.....	92
1.5 Formas, tipos e classificações da regulação estatal	94
1.5.1 Regulação setorial e transversal (quanto à abrangência)	95
1.5.2 Regulação normativa, judicante e executiva (quanto à forma jurídica)	96
1.5.3 Heterorregulação e autorregulação (quanto aos sujeitos ou incidência).....	98
1.5.4 Regulação "hostil" e "amiga" (quanto ao trato).....	99
1.5.5 Regulação fraca e forte (quanto à intensidade).....	99
1.5.6 Regulação protecionista e em favor de outros interesses (quanto aos beneficiários)	100

1.5.7 Regulação ordenatória ou limitatória, prestacional e estimulativa (quanto à forma de integração)	101
1.5.8 Regulação econômica e social (quanto ao fim)	103
1.5.9 Outras formas, tipos e classificações existentes	106
CAPÍTULO II AUTORREGULAÇÃO PRIVADA	110
2.1 Reconhecimento e estímulo legal e institucional da autorregulação privada.....	110
2.2 Concepção de autorregulação privada	114
2.3 Elementos e características essenciais da concepção de autorregulação privada	118
2.3.1 Estabelecimento de padrões de comportamento	118
2.3.2 Criados por entes extraestatais ou não	122
2.3.3 Estabelecidos por documento escrito	125
2.3.4 Autolimitação da vontade de quem elabora, aprova e subscreve ou adere	128
2.4 Vantagens e desvantagens da autorregulação privada	131
2.5 Dimensões ou tipos de autorregulação privada	144
2.6 Ferramenta alternativa ou prioritária em relação à regulação estatal	150
2.7 Autorregulação regulada	153
CAPÍTULO III CÓDIGOS DE CONDUTA E BOAS PRÁTICAS ..	156
3.1 Finalidades e razões do desenvolvimento dos códigos de conduta e boas práticas	156
3.2 Concepção de códigos de conduta e boas práticas.....	160
3.3 Elementos e características essenciais da concepção de códigos de conduta e boas práticas	165
3.3.1 Instrumentos de exteriorização de determinados comportamentos	165
3.3.2 Caráter vinculante	166
3.3.3 Livre manifestação de vontade	168
3.3.4 Participação e acordo entre todas as partes	169
3.3.5 Aprovação ou reconhecimento pelo Poder Público	172

3.3.6 Bem maior.....	172
3.3.7 Selo, símbolo ou distintivo de qualidade ou de confiança.....	173
3.3.8 Organismo de controle independente e imparcial.....	175
3.3.9 Capacidade sancionadora ou repressora	178
3.3.10 Mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos	181
3.4 Tipos, classificações e exemplos de códigos de conduta e boas práticas	186
3.5 Natureza jurídica dos códigos de conduta e boas práticas	188
CONCLUSÕES	200
REFERÊNCIAS.....	224